



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO EDITAL N.º 04/2022

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de Língua Portuguesa visam a averiguar a capacidade do(a) candidato(a), quanto:

1. à apreensão do significado global dos textos;
2. ao estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais;
3. ao reconhecimento da função desempenhada por diferentes recursos gramaticais no texto, nos níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo;
4. à apreensão dos efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos verbais e não verbais em textos de diferentes gêneros: tiras, quadrinhos, charges, gráficos, infográficos etc.;
5. à identificação das ideias expressas no texto, bem como de sua hierarquia (principal ou secundária) e das relações entre elas (oposição, restrição, causa/consequência, exemplificação etc.);
6. à análise da organização argumentativa do texto: identificação do ponto de vista (tese) do autor, reconhecimento e avaliação dos argumentos usados para fundamentá-lo;
7. à dedução de ideias e pontos de vista implícitos no texto;
8. ao reconhecimento das diferentes “vozes” dentro de um texto, bem como dos recursos linguísticos empregados para demarcá-las;
9. ao reconhecimento da posição do autor frente às informações apresentadas no texto (fato ou opinião; sério ou ridículo; concordância ou discordância etc.), bem como dos recursos linguísticos indicadores dessas avaliações;
10. à identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos;
11. à identificação dos recursos coesivos do texto (expressões, formas pronominais, relatores) e das relações de sentido que estabelecem;
12. ao domínio da variedade padrão escrita: normas de concordância, regência, ortografia, pontuação etc.
13. ao reconhecimento de relações estruturais e semânticas entre frases ou expressões;
14. à identificação, em textos de diferentes gêneros, das marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais ou de registro.

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Administração pública: Noções. Objeto. Regime jurídico-administrativo. Princípios da administração pública.
2. Organização da Administração Pública: Administração Pública direta e indireta. Autarquias. Agências Reguladoras. Fundações públicas. Agências Executivas. Empresas públicas. Sociedades de economia mista. Consórcios Públicos.
3. Entes de Cooperação e terceiro setor: Parcerias voluntárias. Convênios de Cooperação entre os entes federados. Leis n.º 9.790/1999 e 13.019/14.
4. Atos administrativos: Formação do ato administrativo: elementos e procedimento administrativo. Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo.
5. Classificação dos atos administrativos: Mérito do ato administrativo e discricionariedade. Ato administrativo inexistente, nulo e anulável. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.
6. Poderes da administração pública: Poder regulamentar. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder de Polícia: atributos.
7. Licitações: Fundamento constitucional. Conceito, modalidades e procedimento. Dispensa e inexigibilidade. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Pregão e consulta. Licitação e contratação de serviço de publicidade. Sistema de Registro de Preços. Legislação pertinente: Lei n.º 8.666/1993 e alterações. Lei n.º 10.520/2002 e alterações. Lei n.º 12.232/2010. Lei n.º 12.462/2011 e alterações. Lei n.º 14.133/2021
8. Contratos e convênios administrativos: conceito e características. Invalidação. Principais espécies de contratos administrativos. Formalização. Vigência dos contratos. Alterações contratuais. Execução, inexecução e rescisão dos contratos administrativos. Convênios e consórcios públicos.
9. Serviços públicos: Conceito. Classificação. Prestação e execução dos serviços públicos. Delegação: concessão, permissão e autorização dos serviços públicos. Contratos de concessão de serviço público: concessões comuns e concessões especiais (Parcerias Público-Privadas – Lei nº 11.079/2004).

10. Responsabilidade Civil do Estado e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos:
11. Agentes Públicos: cargos, empregos e funções públicas, regime jurídico, normas constitucionais (arts. 37 a 41 da Constituição da República).
12. Direitos, Deveres e Responsabilidade dos agentes políticos: Responsabilidade civil, administrativa e penal dos servidores públicos, processo administrativo disciplinar, sindicância e inquérito, sanções na Lei Complementar Municipal n.º 19/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos de Almirante Tamandaré).
13. Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92).
14. Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/13)
15. Lei n.º 8.112/90.
16. Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno.
17. Intervenção do Estado na propriedade privada: Modalidades: Limitação Administrativa. Servidão administrativa. Ocupação temporária. Requisição administrativa. Tombamento. Desapropriação: modalidades (desapropriações-comuns e desapropriações-sanção): conceito e fundamento jurídico, objeto da desapropriação e competência para desapropriar, procedimentos administrativo e judicial, indenização. Desapropriação por zona. Direito de extensão. Retrocessão. "Desapropriação indireta".
18. Lei Municipal de Almirante Tamandaré sobre Previdência nº 095/2021.
19. Seguridade Social e Previdência Social: Saúde. Assistência Social. Educação e Cultura. Sistema Único de Saúde – SUS (Lei n.º 8.080/90 e alterações). Repartição de competências. Assistência terapêutica e farmacêutica. Despesas com ações e serviços de saúde (Lei Complementar n.º 141/12). Judicialização de políticas públicas. Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8.742/93) e Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Lei n.º 12.435/11). Emenda Constitucional n.º 103, direito administrativo no setor público – art. 40. Lei n.º 8.213/91.
20. Lei Municipal de Almirante Tamandaré sobre Previdência no âmbito do município 096/2021.
21. Lei Complementar 101/2000 (responsabilidade fiscal).